

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.213 - RS (2019/0340864-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CLAUDIA REGINA RAIMANN
AGRAVANTE : MARCO ANTONIO COUSSEAU
AGRAVANTE : JAQUELINE REJANE COUSSEAU
AGRAVANTE : ROBERTO ANTONIO RAIMANN
ADVOGADO : MAURÍCIO JOSÉ DA COSTA - RS068982
AGRAVADO : INVENSYS APPLIANCE CONTROLS LTDA
ADVOGADOS : IVANDRO ROBERTO POLIDORO - RS035155
BRUNA KOWALSKI - RS098507
CAMILA MUNHOS ORTELLI - RS113216

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 583, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE VIZINHANÇA. RUIDOS SONOROS. INDÚSTRIA. BAIRRO RESIDENCIAL E INDUSTRIAL. ELEMENTOS DE PROVA DOS AUTOS QUE AFASTAM A EMISSÃO DE RUÍDOS EXCESSIVOS PELA DEMANDADA A PERTURBAR O SOSSEGO E TRANQUILIDADE DOS VIZINHOS.

No caso concreto, o exame do conjunto probatório do feito, especialmente, prova pericial, expediente investigativo do MP, prova pericial e Certificados de medição e calibragem dos ruídos, não permite conclusão no sentido de que a indústria demandada emite ruídos excessivos de modo a perturbar a tranquilidade e sossego dos vizinhos, acarretando-lhes prejuízos de ordem moral. A sentença apelada para solucionar o conflito, bem sopesou a prova, as questões de fato e de direito para dirimir a controvérsia. Bem assim, sopesou o sossego dos vizinhos, os limites de ruídos produzidos pela demandada no período, a localização das propriedades e os usos e costumes da localidade. Mantida a sentença de improcedência.

Apelação desprovida.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 2º, V, e 3º, III, *a*, da Lei 6.938/81.

Sustenta, em síntese, que a parte recorrida emite ruídos em níveis inaceitáveis. Argumenta que o laudo resultante da perícia técnica produzida em juízo

deveria ter preponderância sobre a prova que fora produzida anteriormente.

Afirma que não pretende o reexame de provas, mas, tão somente, a sua reavaliação, de modo que o recurso especial não encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 622/638, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 632/638, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios, negou provimento à apelação, mantendo a improcedência dos pedidos formulados na inicial, sob o argumento de que o ruído produzido pela parte recorrida não era excessivo.

Transcrevo os fundamentos adotados pelo colegiado (fls. 586/600, e-STJ):

Cuida-se, na origem de ação cautelar de produção de prova antecipada, processo nº 010/1.10.0020616-5, e ação de obrigação de não fazer com pedido liminar de antecipação de tutela cumulada com indenização por dano moral, processo nº 010/1.11.00336486, ajuizadas por MARCO ANTÔNIO COUSSEAU, JAQUELINE REJANE COSSEAU, ROBERTO ANTÔNIO RAIMAN E CLÁUDIA REGINA RAIMANN contra INVENSYS APPLIANCE CONTROLS LTDA, ao fundamento de que a demandada instalou dois geradores de energia elétrica (2008) e outras máquinas aumentando o ruído que já produzia e intensificando-o no período das 18 às 22 horas, o que causa aos autores transtornos, uma vez que não conseguem ter uma boa noite de sono, causando-lhes depressão e desconforto. Aduzem que convivem ininterruptamente com o barulho produzido pela demandada.

A inconformidade da parte apelante com a sentença cinge-se, basicamente, a inaceitabilidade pelo juiz da prova pericial produzida no feito e de outras circunstâncias, que, segundo tese recursal conduziram a procedência do pedido de obrigação de não fazer e indenizatório por dano moral.

No caso dos autos, a peça inicial aponta para ruído insuportável em nível superior ao permitido na legislação de regência.

Instaurado procedimento investigatório pelo Ministério Público, processo administrativo nº 00748.00083/2009, e desse emanando laudo elaborado pela PATRAM, dito procedimento foi arquivado, uma vez que ficou constatado que os ruídos noturnos produzidos pela demandada atendem os padrões legais.

Nessa esteira, os autores apelantes ajuizaram ação cautelar de produção de prova antecipada, processo nº 010/1.10.0020616-5, para produção de prova técnica, com a finalidade de aferição da pressão sonora produzida pela empresa ré-apelada.

Realizada prova pericial, o Comando Ambiental da Brigada Militar – PATRAN emitiu relatório de medição dos níveis de pressão sonora, fls. 162/168 e 255/264 (ação cautelar) constatando a existência de níveis de ruídos no estabelecimento da ré superiores ao Nível Critério de Avaliação, nos itens 02, 04 e 05 (09/11/2011). Demais itens examinados pelo corpo técnico resultaram na conclusão de inocorrência de qualquer ilegalidade.

Neste contexto, sobreveio sentença de improcedência da ação de obrigação de não fazer com pedido liminar de antecipação de tutela e indenização por dano moral, processo nº 010/1.11.00336486.

Analizando os documentos de prova colacionados aos autos, especialmente, o procedimento investigatório procedido pelo Ministério Público; o laudo pericial de fls. 162/168; os Certificados de Calibração emitidos pela PUC- Labeo – Laboratórios Especializados em Eletro-Eletrônica – Calibração e Ensaios e Laboratório de Metrologia relativos aos anos de 2009 e 2011, bem como a prova oral produzida no feito, tenho que, não assiste razão aos apelados.

No caso, em que pese de acordo com a prova pericial, fls. 162/188, a medição efetuada da residência do autores - com janelas e portas abertas – tenha ultrapassado o ruído aos níveis permitidos em lei (item 2, 4 e 5), perfilho do entendimento adotado pelo magistrado *a quo* no sentido de que o barulho produzido pela demandada não é excessivo.

Friso que, a perícia realizada anteriormente pela PATRAN nos autos do procedimento investigatório concluiu que os *níveis sonoros registram parecer aceitável, visto que o nível sonoro equivalente é INFERIOR ao Nível Critério Básico, fl. 43 do apenso*. No mesmo sentido, os Certificados de Calibração colacionados ao feito.

Com efeito, muito embora o sossego constitua *bem jurídico inestimável, componente dos direitos da personalidade, intrinsecamente conectado ao direito da privacidade, não pode ser*

conceituado como completa ausência de ruídos, mas a possibilidade de afastar ruídos excessivos que comprometem a incolumidade da pessoa. É o direito dos moradores a um estado de relativa tranquilidade, na qual bailes, algazarras, animais e vibrações intensas provenientes acarretam enorme desgastes a paz do ser humano.

No caso, há que se relevar que, os imóveis das partes estão localizados em bairro misto, composto de prédios residenciais e industriais, conforme se extrai da própria prova pericial. Assim, em que pese as mutações suportadas ao longo dos anos configurada pela retirada de inúmeras indústrias do local como pela construção de imóveis residenciais, tal deve ser sopesada para os limites de tolerância entre vizinhos: *a tolerância á aferida pela média das pessoas, sem que se alcance a excessiva sensibilidade de uns ou a rudez de outros.*

Nesse contexto, tenho por correta a sentença que entendeu pela improcedência dos pedidos deduzidos na exordial – obrigação de não fazer e indenização por dano moral-, posto que bem sopesou o conjunto

probatório dos autos e as questões de fato e direito. No caso, foram devidamente analisados os requisitos do limite tolerável de ruído (interferência mínima); a zona de conflito (Localização dos imóveis – bairro misto com imóveis residencial e industrial) e a pré-ocupação (fabrica instalada no local há mais de 50 anos).

Nessas circunstâncias, a indenização por dano moral pleiteada não merece acolhimento ante ao entendimento.

(...)

Assim, nego provimento ao apelo.

A revisão dessas premissas exigiria o reexame de provas, providência vedada em recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora